

É hora de reconstruir

Con. Brasil

Para vencer a crise é indispensável sair o mais depressa possível do círculo vicioso dos expedientes ocasionais e burocráticos, atacar a recessão de frente e começar a reconstrução econômica

1983

foi o ano mais difícil por que passou a economia brasileira nos últimos 50 anos. Conjunção perversa empurrou a

inflação a pico inédito, enquanto que os esforços para reffrã-la e atingir superávit nas contas comerciais cortaram drasticamente o nível de atividade, agravando o desemprego. E, apesar de o excedente comercial ter ultrapassado a meta original, continuamos imersos em paralisante sufoco cambial.

Para o país, engajado em política de estabilização, foi a inflação o resultado mais frustrante, eis que outros, mesmo decepcionantes, inerem à lógica do curso adotado. Medida pelo Índice Geral de Preços, atingiu 211%, contra 99,7% em 1981 e 95% em 1982. O Índice de preços por atacado ainda foi maior, com 234% em 1983, contra 98% em 1982.

O desdobramento do IPA em produtos agrícolas e industriais revela um dos motores inflacionários no período. Enquanto estes se expandiam abaixo do índice médio, com apenas 200%, os produtos agropecuários — revertendo longo período de deterioração dos seus termos de intercâmbio — atingiram inebriantes 336%. Para tal estado de coisas, convergiram enchentes no Sul, seca no Nordeste, além de preços ascendentes no mercado internacional. Acresce que o impacto da maxidesvalorização de fevereiro foi particularmente severo pela falta de medidas que inibissem a propagação de seus efeitos inflacionários. Por sua vez, a política monetária, embora restritiva, vem se comportando de forma hesitante e centrada no controle dos meios de pagamento e da base monetária, quando a crescente monetização de instrumentos financeiros não monetários e as bruscas mudanças na velocidade de circulação da moeda e quase moedas tornam aquele controle pouco relevante.

A esses elementos de natureza predominantemente econômica, sobreleva outro que decorre do momento crítico de transição que estamos atravessando em termos de instituições políticas e de valores culturais. A moeda, para poder exercer adequadamente suas funções, requer três condições indispensáveis: ser cunhada por autoridade incontestada, manter valor previsível, e ser aceita espontaneamente pelos que a utilizam.

A gradativa banalização, no Brasil, do processo de emissão de moeda, a sequência de promessas não cumpridas, o descrédito generalizado e a desesperança que tem permeado a psicologia do brasileiro, o agravamento da crise econômica em país, que, tendo erigido o desenvolvimento em fator de legitimação institucional, não encontrou fórmula substitutiva, ao ser atingido pela primeira recessão de sua fase industrial e moderna, produziram vazio ético que tem contribuído para corroer a confiança, necessária para lastrear qualquer esforço eficaz de estabilização.

O resgate da credibilidade e da esperança é, portanto, precondição para adensar a probabilidade de êxito na luta contra a inflação, hoje um dos mais renitentes obstáculos ao esforço de reordenamento econômico e um dos mais insidiosos solventes do tecido social.

A queda do produto interno bruto em -3,9%, revertendo o quadro de ligeira recuperação no período anterior, teve sabor especialmente penoso por duas razões: a primeira, a de que configura o terceiro ano de recessão, com perda continuada na renda *per capita*, que atingiu valor acumulado de -11,5% no triênio — fenômeno de particular severidade em país ainda pobre como o Brasil; e a segunda, porque o

sacrifício incorrido não se traduziu em qualquer progresso em termos inflacionários. A sociedade tomou o remédio amargo da recessão, mas a febre inflacionária duplicou de intensidade.

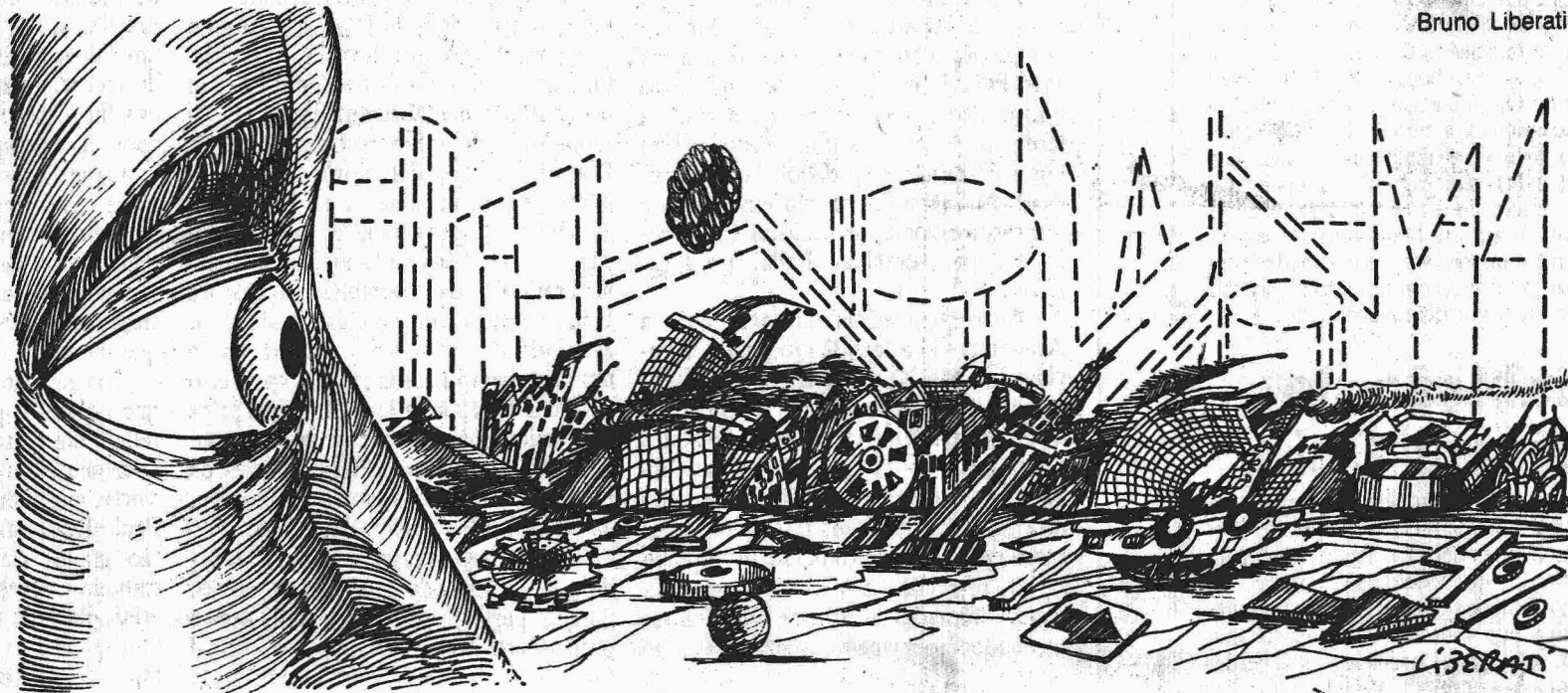
A indústria, com -7,9 negativos, só não apresentou desempenho pior, graças aos 13,6% positivos da extração mineral, liderada pela crescente produção de petróleo. Os -12,6 negativos da construção civil, em contraste, contribuíram para agravar a situação. O fenômeno, sério por tratar-se de setor de forte absorção de mão-de-obra, decorreu do simultâneo corte nos investimentos para controlar o déficit público — passadas as obras eleitoreiras que caracterizaram

8,5%, passando a 21,9 bilhões de dólares, enquanto as importações se retraíram 20,6% para situar-se em 15,4 bilhões.

A conta de capitais continuou a sofrer com a drástica redução internacional dos fluxos voluntários de novos créditos. O decréscimo nos investimentos diretos e os percalços sofridos no processo de renegociação da dívida externa resultaram em déficit no balanço de pagamentos, estimado em 3,3 bilhões de dólares, o que levou a continuada perda de reservas e a atrasos nas obrigações comerciais e financeiras.

Os tropeços deveriam-se ao não cumprimento de metas, por irrealistas ou por terem sido acordadas sem levar em conta suas implicações, e à maneira errática em que as negociações se desenrolaram, sobretudo, à forma canhestra

Bruno Liberati



1982 — e de retração na construção habitacional, premida por falta de recursos específicos e queda na demanda.

A produção agropecuária, por sua vez, pela abundante safra do café e pela expansão na de soja, apresentou 2,1% positivos, apesar das pesadas perdas nas safras de alimentos de consumo interno. O comércio, que usualmente acompanha média ponderada entre produção industrial e agrícola que se propõe intercambiar, caiu 4,4, i.e. mais do que o PIB, talvez pelo inchaço da atividade comercial paralela; transportes e comunicações decresceram -0,4; o setor Governo, medido pelo número de funcionários, teve desempenho 0; enquanto a intermediação financeira medida por dados físicos, como compensação de cheques, número de agências e empregados, expandiu-se 3,7%.

SE o nível de atividade atual se encontra abaixo ao de 1980, as perspectivas de recuperação são incertas. Constantes modificações nas políticas monetária, creditícia, fiscal e de remuneração de fatores tem emitido sinais conflitantes aos agentes econômicos, o que vem comprometendo os níveis de poupança e de investimento, indispensáveis à retomada do crescimento. O exemplo mais flagrante foi o ziguezague na política salarial que, durante o ano, foi regida sucessivamente por nada menos que seis diplomas jurídicos. No mesmo sentido — ou falta de sentido — se inscrevem as surpresas — muitas vezes de efeito retroativo — na política fiscal, os expurgos de indicadores estatísticos, as contraditórias definições de política cambial, assim como as hesitações sobre o alcance da desindexação.

A crescente hipertrofia estatal, sem direção perceptível, desnordeou e inibiu os agentes econômicos tanto internos, quanto os externos.

A balança comercial teve talvez o único desempenho inequivocamente auspicioso em 1983, com superávit de 6,5 bilhões de dólares. As exportações cresceram

em que foram apresentadas à opinião pública, que durante anos a fio foi induzida a acreditar nem existir o problema. A erosão de credibilidade resultante veio a encobrir a real dimensão das operações envolvidas, que contrastam com as previsões sombrias quanto à capacidade do setor financeiro internacional em enfrentar crises como a do endividamento dos países menos desenvolvidos.

A chamada fase 2 envolveu recursos globais, de quase 34 bilhões de dólares, montante superior a 1/3 de nossa dívida externa e ao endividamento total de muitos países. Foi uma das maiores operações financeiras internacionais jamais realizadas de forma articulada. Inclui recursos novos de bancos comerciais, rolagem de amortizações, estabilização de créditos comerciais e de linhas interbancárias, além da reestruturação de obrigações oficiais pelo Clube de Paris e a extensão de novas garantias a créditos de exportação.

Os avanços conquistados não significam que o problema tenha sido resolvido, nem que o formato de negociação possa vir a ser repetido ano a ano. Ao contrário, impõe-se aproveitar o tempo conquistado para rearrumar internamente a casa e esboçar os traços largos de estratégia mais abrangente, consensual e de longo prazo, que possa servir de lastro à reestruturação da dívida — também mais realista, abrangente e de longo prazo — em vez de a negociada anualmente a duras penas e alto desgaste.

Obice natural é a incerteza de nomes no processo sucessório que tende a inibir não só os nossos negociadores, senão também os externos, que, antes de aceitar qualquer esquema duradouro, tenderão a esperar definição dos rumos brasileiros. Essa dificuldade, entretanto, em vez de levar-nos à paralisia de iniciativas, deveria aguçar-nos o empenho na elaboração de estratégias alternativas a serem desde já debatidas, da maneira mais ampla possível, para que, uma vez delineado o quadro sucessório, o novo Governo possa agir com a presteza, a autoridade e o respaldo público indispensáveis para conduzir, com eficácia, a subsequente negociação externa e a correlata política econômica interna.

Urge fugir, o mais depressa possível, do círculo vicioso de expedientes ocasionais, medidas erráticas, flaps burocráticos e ônus fiscais acrescidos. Temos de passar da administração da crise à construção do Brasil pós-crise, para não correremos o risco de nos enredarmos em dirigismo estatal sem direção, convivendo com economia de livre mercado sem liberdade e ancorando o país — destinado a crescer e modernizar-se — no marasmo da recessão, inflação e obsolescência precoce.

Apesar da gravidade dos problemas, o final do ano viu despontar sinais de desafogo que criaram uma clareira de esperança que, se aproveitada com senso de oportunidade, largueza de vistas e sabedoria política, permitirão ampliar a margem de manobra. Entre esses sintomas avulta a pronunciada reativação do setor agropecuário, induzida pela reversão dos termos de intercâmbio, responsáveis por até então preocupante fenômeno de descapitalização do setor. A nova situação econômico-financeira do produtor rural levou a considerável expansão, no segundo semestre, das áreas plantadas, e a drástica elevação na demanda por fertilizantes, sementes, tratores, implementos e outros insumos agrícolas.

OUTRO avanço relevante ocorreu no setor energético: houve feliz conjunção do crescimento na produção doméstica do petróleo, que agora já se antevê atingir 500 mil barris/dia em 1984; esforço de conservação e racionalização de combustíveis líquidos; consolidação do programa de álcool; importantes avanços na identificação de reservas de gás natural; substituição de energia térmica à base de petróleo por hidroeletricidade ou carvão. O progresso brasileiro no sentido da auto-suficiência energética é um dos pontos altos de nosso processo de reajustamento.

Finalmente, há que ressaltar a relevância da inquestionável recuperação na economia mundial, liderada pelo marcante relançamento da economia norte-americana, e que começa a estender-se ao Japão, Alemanha, Grã-Bretanha e Canadá, sem falar na vigorosa reativação do Sudeste da Ásia. É certo que a economia mundial não exerce sobre a brasileira influência determinista. Os dois choques do petróleo, o dos juros e as recessões nas economias desenvolvidas foram fatores relevantes a acentuar nossos problemas. Entretanto, a crise mundial não foi a causa determinante de nossa crise e, pela mesma razão, a recuperação em curso não será suficiente para induzir a reversão de quadro econômico nacional. Ao contrário, é importante que, através de medidas internas, procuremos *sintonizar* a nossa economia com a mundial, pois, se perdermos a ocasião agora, estaremos iniciando a nossa reversão, quando a economia mundial já estiver caminhando para novo ciclo descendente.

A reativação da economia mundial atual é tanto mais digna de registro especial, por estar coincidindo com acentuada queda na inflação. Acresce que as recuperações a níveis nacionais estão transbordando na expansão do volume e valor do comércio nacional, o que vem facilitar nosso esforço exportador.

O ano de 1983, o mais adverso de nossa história econômica moderna, urbana e industrial, cruza, portanto, o limiar de 1984, prenunciando várias oportunidades que, se aproveitadas tempestiva e adequadamente, podem significar o início de nova etapa.

Temos que juntar imaginação, trabalho e determinação para que se concretizem tais frestas de alento. Para isto, urge quebrar definitivamente a espinha dorsal da inflação; preparar a retomada do crescimento; normalizar, de vez, as truncadas relações financeiras internacionais; frear a distrofia do Estado e seu feito mais eloquente, o déficit público; erradicar a pobreza absoluta e revitalizar a sufocada iniciativa privada, assim como devolver a todos agentes econômicos — trabalhadores, empresários, consumidores — um grau de segurança, previsibilidade e esperança que os induza a poupar, investir e produzir.

MARCILIO MARQUES MOREIRA

Clientista político,
Conselheiro de Administração do UNIBANCO.